

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



3 DE FEVEREIRO DE 1874

2013



COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR
DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR
DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMPOSIÇÃO

Angélica de Maria Mello de Almeida
Desembargadora Coordenadora

Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida
Desembargadora Vice-Coordenadora

Elaine Cristina Monteiro Cavalcante
Juíza de Direito

Maria Domitila Prado Manssur Domingos
Juíza de Direito



SUMÁRIO

Composição da COMESP.....	02
Sumário, Resoluções e Portaria de Criação da COMESP.....	03/04
Reuniões das integrantes da COMESP.....	05
Assuntos pautados.....	05/07
Ofícios expedidos.....	07
Eventos, cursos, seminários e palestras.....	07/11
Notícias da COMESP publicadas no Portal do Tribunal de Justiça de São Paulo.....	12/47
Resoluções, Portarias e Comunicados publicados no DJE do Tribunal de Justiça de São Paulo.....	48/55
Composição e localização da Coordenadoria de Apoio Administrativo.....	56/57

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO
(ARTIGO 6. DA RESOLUÇÃO Nº 561/2012)**

2013

Resolução nº 561 de 07 de março de 2012, publicada no DJE em 20/03/2012 - Criação da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - COMESP.

Portaria nº 8.540 de 26 de março de 2012, publicada no DJE em 28/03/2012 - Designação das Integrantes da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - COMESP.

Portaria nº 8.554 de 07 de março de 2012, publicada no DJE em 19/04/2012 - Criação da Coordenadoria de Apoio Administrativo da COMESP.

Designação de funcionários para a Coordenadoria de Apoio Administrativo da COMESP, publicada no DJE em 18/01/2013.

Instalação física da Coordenadoria de Apoio Administrativo da COMESP no Fórum João Mendes Júnior em 18/02/2013.

Reuniões das integrantes da COMESP:

Reuniões de trabalho: 19 – Sextas-Feiras – 10:30 às 13 horas

Reuniões extraordinárias internas: 11

Reuniões extraordinárias externas: 19

ASSUNTOS PAUTADOS

- Estruturação da COMESP.
- Criação de Portal para divulgação da COMESP.
- Especialização das Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
- Dotação Orçamentária (EXERCÍCIO 2014):
- Convênios com o Ministério da Justiça.
- Aperfeiçoamento da identificação no sistema do Tribunal de Justiça dos feitos relacionados à Lei Maria da Penha.
- Apresentação dos dados estatísticos recebidos da Secretaria Judiciária.
- Levantamento das necessidades nas Varas Instaladas na Capital.
- Reunião com os juízes das Varas de Violências Doméstica e Familiar da Capital.
- Criação de projeto para tratamento de vítimas com lesão ortopédica e cirurgia plástica.
- Planejamento e cronograma de atividades da COMESP para o ano de 2013.
- Lançamento da Campanha Compromisso e Atitude da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.
- Elaboração de Projeto de Boas Práticas.
- Projeto PUC-SP
- Pesquisa científica – Tema: Justiça de Gênero e Direitos Humanos das Mulheres.
- Projeto USP- Levantamento Estatístico.
- Criação do Programa “Corregedoria na Escola”.
- Comemoração do dia internacional da Mulher.
- Criação de Galeria de Eventos, com fotos de participantes, identificação e reunião de objetos temáticos.
- Designação da Desembargadora MARIA DE LOURDES RACHID VAZ DE ALMEIDA, como Vice-Coordenadora da COMESP.



- Estudos sobre desproporção na distribuição de feitos entre Varas Especializadas.
- Reunião com Defensores Públicos Doutor Luiz Rascovski e Ana Rita de Souza Prata.
- Designação de data para reunião com Juízes das Varas do Júri da Capital.
- Designação de data para a primeira reunião dos representantes dos Termos do Acordo de Cooperação Técnica.
- Lançamento da Campanha Compromisso e Atitude e Assinatura dos Termos de Acordo de Cooperação Técnica com o Município de Santo André.
- Estagiário para a COMESP.
- Equipe Multidisciplinar.
- Relatório da CPMI da Violência contra a Mulher.
- VII Jornada da Lei Maria da Penha.
- FONAVID 2013:
- Evento Municipal da Campanha Nacional “ Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha” e assinatura dos Termos de Acordo de Cooperação Técnica do TJSP com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos.
- Reunião com os Juízes das Regiões Administrativas do Interior do Estado.
- Alteração do horário dos servidores - PORTARIA Nº 8782/13:
- Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do País - CARTA DE BOA VISTA.
- Instalação do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na Comarca de Ribeirão Preto.
- Programa conjunto entre o Consulado Geral dos Estados Unidos da América em São Paulo e a 2ª Vara Criminal da Comarca de Santo André, “ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA”.
- Projeto Cultural DA COMESP - GRUPO OPNI:
- Programa Federal “MULHER VIVER SEM VIOLÊNCIA”.
- Contratação de terceirizados para as Varas Especializadas da Capital.
- Inserção do Conselho Estadual da Condição Feminina no Convênio com o Governo do Estado – CAMPANHA ESTADUAL “COMPROMISSO E ATITUDE PELA LEI MARIA DA PENHA – A LEI É MAIS FORTE”.
- Projeto Educacional da COMESP com a Polícia Militar do Estado de São Paulo.
- Realização de evento – 6 meses da assinatura do Termo de Cooperação Técnica- Campanha Compromisso e Atitude.
- Comunicado SPI Nº 55/2013 (PROCESSO Nº 2009/99689)
- Comunicado SPI Nº 52/2013



- Processo Nº 2013/119465 – COMESP - OFÍCIO Nº 07/2013,
- Processo Nº 2013/119741 – COMESP
- Lançamento da Campanha Nacional “ Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha- A Lei é mais forte”, na Comarca de Taboão da Serra.
- Processo nº 2013/00143765 - Reunião com o Coronel PM GLAUCO SILVA DE CARVALHO
- Processo nº 2013/00126825 - Reunião com o Doutor GUILHERME LOPES ALVES LAMAS

OFÍCIOS:

Foram encaminhados no decorrer do ano de 2013, 80 ofícios expedidos pela COMESP.

EVENTOS

- Projeto Violência Contra a Mulher e Acesso à Justiça em São Paulo – Apresentação dos resultados preliminares da pesquisa**
19/04/2013 - Auditório Antônio Alvarenga Neto, Av. Dr. Abraão Ribeiro, 313, sala 0-0008 no Fórum da Barra Funda.
- Lançamento na Comarca de Santo André, da Campanha "Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha - A Lei é mais forte" e assinatura do Termo de Acordo de Cooperação Técnica com a Prefeitura Municipal.**
30/04/2013 - Plenário do Júri do Fórum de Santo André
- Exposição Temporária "Capítulos da Violência Doméstica e da História da Mulher no Brasil"**
15/05/2013 - Escola Paulista de Magistratura - Rua da Consolação nº 1483
- Visita da Procuradora da República de Portugal, Helena Vera-Cruz Pinto e do Desembargador Marco Antonio Marques da Silva à Presidência do TJSP**
16/05/2013- Palácio da Justiça - Gabinete da Presidência
- Assembleia Nacional da Associação Internacional de Juízas - IAWJ – International Association of Women Judges**
17/05/2013 -: Auditório GADE 23 de Maio

-Visita da comitiva de Santos e da Coordenadora de Políticas Públicas para a Mulher

04/07/2014 - Palácio da Justiça -Gabinete da Presidência

-Lançamento na Comarca de São José dos Campos, da Campanha "Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha - A Lei é mais forte" e assinatura do Termo de Acordo de Cooperação Técnica com a Prefeitura Municipal e Câmara Municipal.

12/07/2013- Fórum de São José dos Campos

-Encontro com Mark Wynn and Valerie Wynn

20/08/2013 - Consulado dos Estados Unidos em São Paulo

-Almoço com a representante da ONU MULHERES NO BRASIL - DOUTORA NADINE GASMAN

22/08/2013 Restaurante La Cocotte - Alameda Ministro Rocha Azevedo 1.153, Jardins - SP - 3081-0568

-Solenidade de outorga da Medalha "Regente Feijó" a Desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida

23/08/2013 -Palácio da Justiça - Salão dos Passos Perdidos

-Assinatura do Termo de Adesão ao Programa "Mulher Viver sem Violência"

26/08/2013 -Centro Cultural São Paulo - Sala Adoniran Barbosa - Rua Vergueiro, 1000 - Paraíso – SP

-Lançamento da cartilha "A Lei Maria da Penha e a Atitude para a Paz"

26/08/2013 - Escola Paulista da Magistratura – Rua da Consolação, 1483

-Lançamento da Política para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância na cidade de São Paulo

28/08/2013 -Centro Cultural São Paulo, Sala Jardel Filho, Rua Vergueiro, nº 1.000, São Paulo.

-Visita à Vara de Violência Doméstica e Familiar – Central

06/09/2013 - Avenida Abrahão Ribeiro, nº 313, 1º andar

-Visita ao Hospital Pérola Byington

06/09/2013 -Av. Brigadeiro Luís Antônio, 683 - São Paulo

-Visita a Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Região Sul 1

11/09/2013: Avenida Sapopemba, nº 3.740.

-Visita ao Centro de Referência da Mulher

17/09/2013 Rua Conselheiro Ramalho, nº 93, Liberdade

-Solenidade de Instalação da Vara do Juizado Especial Criminal e da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Sorocaba

19/09/2013: Rua Vinte e Oito de Outubro, 691 (Salão do Júri)-Alto da Boa Vista - Sorocaba

-Visita a Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Região Leste 1 e 2

19/09/2013: Rua Dr. João Ribeiro, nº 433 e Rua Afonso Lopes de Baião, nº 1.736



-Evento COMESP - Boas Práticas

27/09/2013 - Auditório do Gabinete dos Desembargadores – GADE 9 de Julho, Rua Conde de Sarzedas, 100 – Centro – São Paulo.

-Medalha do Mérito Comunitário, pela Polícia Militar Comunitária à Desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida e à Desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida.

30/09/2013 - Anfiteatro Wladimir Ansera (FATEC) – Centro Paula Souza. Pça Cel Fernando Prestes, 30

-Solenidade de Inauguração do Prédio dos Cartórios de Direito Criminal

15/10/2013 - Rua da Glória, nº 459,

-Apresentação "Clássicos no Tribunal de Justiça" - Pianista Liliana D'Agostini

22/10/2013 - Palácio da Justiça - Salão dos Passos Perdidos

-Entrevista à TV Assembleia - Programa Assembleia

24/10/2013 - Palácio 9 de Julho - Avenida Pedro Álvares Cabral, 201 - Ibirapuera - Andar Monumental - Sala M-34

-Entrevista ao Programa na Rede ALL TV - Rosana Chiavassa

25/10/2013 - Av. República do Líbano, 1853

-Lançamento da Campanha "Violência Doméstica e Sexual, vamos acabar com este mal", dia 25 de novembro de 2013, às 20 horas, no Clube Atlético Aramaçan, em Santo André, com a presença da Senhora MARIA DA PENHA MAIA FERNANDES

25/11/2013 - Clube Atlético Aramaçan, em Santo André

-V FONAVID

Data: **27 a 29/11/2013** - Vitória - E.S.

-"IX Encontro Estadual da Mulher Advogada - 25 Anos de Constituição Federal: Igualdade de Gênero e Direitos da Mulher" Palestra: "A Violência contra a Mulher e a Efetividade da Lei Maria da Penha"

30/11/2013 - Auditório Ruy Barbosa, da Faculdade Presbiteriana Mackenzie - Rua Itambé, nº 135, Prédio 19, São Paulo

-IX Encontro da Mulher Advogada e Outorga do Prêmio Maria Immaculada Xavier da Silveira

30/11/2013 – Mackenzie (Campus Higienópolis) – Auditório Ruy Barbosa

-Solenidade de outorga da " Medalha do Mérito Judiciário Ministro Manoel da Costa Manso" às Exmas. Sras. Magistradas: Desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida, Desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida, Juíza Elaine Cristina Monteiro Cavalcante, Juíza Maria Domitila Prado Manssur Domingos e Juíza Teresa Cristina Cabral Santana Rodrigues dos Santos

02/12/2013 - Palácio da Justiça - Salão dos Passos Perdidos

-Instalação da Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - Guarulhos

09/12/2013 - Rua José Maurício, 103 - 2º andar (Salão do Júri) – Centro – Guarulhos -SP



-Brunch com as Desembargadoras e Juízas de 2º Grau do Tribunal de Justiça de São Paulo
09/12/2013 – COMESP – Forum João Mendes Junior, 17º andar – sala 1705

-Visita do Movimento Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar do Conselho Nacional de Justiça à COMESP
10/12/2013:- COMESP – Forum João Mendes Junior, 17º andar – sala 1705

-EVENTO: Seis Meses de Assinatura do Termo de Compromisso com a Prefeitura de Santo André - Campanha compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha - "A Lei é mais Forte"
13/12/2013 - Salão do Júri do Fórum de Santo André

-Instalação da Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher - São José dos Campos
17/12/2013 - Av. Salmão, 678 - Parque Residencial Aquáriu - São José dos Campos

-Entrega do Livro Genesis do fotógrafo Sebastião Salgado ao Presidente do Tribunal de Justiça, Vice-Presidente, Corregedor e Presidente da Seção de Direito Criminal
18/12/2013 – Palácio da Justiça, Gabinetes do Presidente, Vice-Presidente, Corregedor Geral da Justiça e Gabinete da Seção de Direito Criminal.

CURSOS

-1º Ciclo de Debates sobre institutos de Direito Islâmico e sua aplicabilidade no Brasil - Violência contra a mulher e a criança - Questões registrarias
26/06/2013 - Escola Paulista de Magistratura - Rua da Consolação nº 1483

PALESTRAS

- Palestra " Escrever é Sonhar"- Escritora Lygia F. Telles
20/06/2013 - Fórum João Mendes Júnior, 16º andar, sala 1629

-Palestra "Prevenção da Violência Doméstica" proferida pelo tenente MARK WYNN
19/08/2013 - Salão do Júri do Fórum de Santo André - Praça IV Centenário, 3, Centro, Santo André/SP.

-Outubro Rosa - Palestra "Câncer de Mama, atualidades e perspectivas"
22/10/2013 - Fórum João Mendes Júnior 16º andar sala 1629

-Palestra: Direitos Humanos, Conquistas e Avanços no Combate da Violência Contra a Mulher.
26/11/2013 – Barueri

SEMINÁRIOS

-Seminário "A Guarda Civil Metropolitana e o Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes"

15/05/2013 -: Edifício Matarazzo, Viaduto do Chá, nº 15

-Seminário Feminismos e Masculinidades: percursos, propostas e desafios para a equidade de gênero

01 e 02/10/2013 - Auditório do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP - Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - Cidade Universitária, São Paulo

-Seminário Estadual da Procuradoria Especial da Mulher – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

10/10/2013 - Auditório Teotônio Vilela - Assembleia Legislativa - Av. Pedro Alvares Cabral, 201 - Ibirapuera - SP

- Evento: Seminário Sete Anos da Lei Maria da Penha

25/11/2013 - Auditório Paulo Kobayashi - Assembleia Legislativa

-Seminário Justiça e Gênero

06/12/2013 - EPM - Rua da Consolação 1483- 4º andar

CURSOS COM A PARCERIA DA ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

- Curso de Extensão Universitária "PROTEÇÃO DE GÊNERO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER"

15/05 a 11/09/2013- Escola Paulista de Magistratura - Rua da Consolação nº 1483

**NOTÍCIAS DA COMESP
PUBLICADAS
NO PORTAL DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DE SÃO PAULO**

2013

22/01/2013 - VISITAS RECEBIDAS NA PRESIDÊNCIA DO TJSP



O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ivan Sartori, recebeu hoje (22), no gabinete da Presidência, a visita da juíza da Vara da Região Sul 2 de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Ana Paula Gomes Galvão Vieira de Moraes.

Na data de ontem (21) estiveram com o presidente Sartori a coordenadora e a vice-coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), respectivamente as desembargadoras Angélica de Maria Mello de Almeida e Maria Tereza do Amaral e as juízas integrantes da coordenadoria Elaine Cristina Monteiro Cavalcante e Teresa Cristina Cabral Santana Rodrigues dos Santos. Da reunião, participaram os juízes assessores da Presidência João Baptista Galhardo Júnior e Regis de Castilho Barbosa Filho e o secretário da Presidência, Kauy Carlos Lopérgolo de Aguiar.

Comunicação Social TJSP – RS (texto) / GD e CA (fotos)
imprensati@tjsp.jus.br

14/02/2013 - VILA PRUDENTE TEM 52 MIL PROCESSOS EM ANDAMENTO



Foro Regional IX compreende bairros da zona leste de SP e conta com uma Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Avenida Sapopemba, 3.740, zona leste de São Paulo. As dependências do Foro Regional IX – Vila Prudente estavam tranquilas na manhã de uma quarta-feira de janeiro. Não havia filas nos balcões, e os servidores trabalhavam com calma. O aparente sossego decorre, em parte, do fato de o mês ser um tradicional período de férias. Por outro lado, os servidores do fórum empenham-se seriamente, e durante todo o ano, para dar andamento aos mais de 52 mil processos existentes nas oito varas – quatro cíveis, duas da Família e das Sucessões, uma do Juizado Especial Cível e uma da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

“Essa quantidade de feitos representa um número alto e revela que há grande demanda judiciária na região”, afirma o juiz diretor do fórum e titular da 1ª Vara da Família e das Sucessões, Márcio Lucio Falavigna Sauandag. A facilidade cada vez maior de acesso à Justiça, é natural, tem feito com que tal número aumente gradativamente, implicando maior dedicação aos 176 servidores, 46 estagiários, 15 juizes e três promotores que atuam no fórum, cuja jurisdição compreende os bairros de Vila Prudente, Vila Alpina, Sapopemba, Parque São Lucas e Vila Ema.

Segundo o magistrado, o prédio do fórum tem comportado, de maneira satisfatória, o fluxo de pessoas – cerca de 1.500 transitam diariamente nas dependências dele – e o volume de trabalho representado por varas, cartórios e setores administrativos, como a contadoria. “Porém, se mais uma vara tiver de ser instalada aqui, não haverá espaço”, diz Sauandag. Cerca de 1.700 feitos são distribuídos por mês às varas. O edifício, que é alugado, tem 7.023 m² e cinco andares – térreo, dois pisos superiores e dois subsolos – recebeu recentes melhorias do proprietário, como a pintura da fachada no ano passado, sem custos para o TJSP. A pintura do interior do prédio deverá acontecer ainda neste ano. “O relacionamento com o dono do prédio é muito bom, ele nos auxilia bastante”, conta o juiz diretor. O atual endereço é ocupado pelo Foro Regional de Vila Prudente desde 1997. Antes dele, esteve acomodado de 1971 a 1979 num imóvel da rua José Zappi e de 1979 a 1997 num outro da rua Ibitirama – em 1985 o então foro distrital tornou-se o atual Foro Regional IX.

A juíza Rafaela Caldeira Gonçalves atua na Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Região Sul 1, localizada no Fórum de Vila Prudente. Na entrevista abaixo, ela faz breve avaliação da atuação da vara e comenta sua participação num programa internacional voltado à discussão da violência contra a mulher:

Por que Vila Prudente conta com uma Vara de Violência Doméstica?

A decisão de instalação da Vara de Violência Doméstica no Fórum Regional da Vila Prudente foi fruto de análise do Tribunal de Justiça de São Paulo, fundada em estudo, inclusive estatístico, no qual foram consideradas as regiões da cidade de São Paulo, bem como a quantidade de feitos existentes sobre a matéria que justificasse a criação de vara especializada no tema, com vistas a uma melhor prestação do serviço jurisdicional à população das respectivas regiões desta comarca.

Que avaliação a senhora faz da atuação da vara? Quais as dificuldades e desafios encontrados?

A Vara de Violência Doméstica da Vila Prudente conta com pouco mais de um ano de existência e com mais de 5 mil feitos em andamento. Além disso, possui três servidoras públicas e oito funcionários do setor privado, englobando a equipe técnica composta por psicólogas e assistentes sociais, todos extremamente empenhados e cômicos da importância do serviço prestado por eles à sociedade. Entendo que o maior desafio enfrentado até o momento, como por várias outras varas, é a tentativa de manutenção da qualidade do serviço prestado, com o crescente aumento do volume de demandas.

Que tipo de demanda é mais comum na Vara de Violência Doméstica: violência contra a mulher ou contra o menor?

Neste foro regional, o volume de casos de violência contra a mulher é mais expressivo do que contra menores. A grande maioria dos processos diz respeito a casos de lesão corporal e ameaça. Em segundo lugar, porém, ficam os casos de estupro de vulneráveis praticados dentro do contexto doméstico e familiar.

Qual a importância da Lei Maria da Penha no contexto de violência doméstica no Brasil? Há algumas críticas quanto a essa legislação, tachando-a de sexista.

A Lei Maria da Penha representa importante instrumento no combate à violência doméstica e de gênero, na medida em que determina o trabalho conjunto e cooperado de diversas instituições públicas no que concerne a estas temáticas, bem como confere às vítimas instrumentos legais com vistas ao resguardo da integridade física, psicológica, moral, sexual e patrimonial daquelas. A qualificação atribuída por alguns à lei de sexista não resiste a uma análise mais profunda do tema, em especial diante da indiscutível vulnerabilidade da mulher, não somente no que diz respeito às diferenças fisiológicas, mas em especial diante do histórico de submissão a que submetida em nossa sociedade. A vulnerabilidade da mulher torna imperativo o reconhecimento de sua necessidade diferenciada de proteção, em especial no âmbito normativo.

Como foi sua participação no programa *International Visitor Program* em 2012?

Minha participação no *International Visitor Program – Women and Justice* – foi extremamente enriquecedora, não somente por conta das instituições e programas voltados à questão da violência doméstica e da equidade de gênero existentes nos Estados Unidos, que tive oportunidade de conhecer, mas, principalmente, em razão do aprendizado proporcionado pelo convívio com outras 21 mulheres dos mais diversos países e realidades culturais, com indiscutíveis reflexos na forma em que a luta pelo empoderamento da mulher é tratado. Não suficiente, tal evento reverteu em importantes contatos, em especial com a ONG americana Vital Voices, interessada em fazer um programa de capacitação em violência doméstica no Brasil, e ainda com o Ministério de Mulheres e Populações Vulneráveis do Peru, com a participação da coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), desembargadora Angélica de Almeida, em evento internacional sobre o tema.

25/03/2013 - TJSP ABRIGA LANÇAMENTO DE CAMPANHA PELA LEI MARIA DA PENHA



O Palácio da Justiça sediou hoje (25) o lançamento da campanha nacional, no âmbito estadual e municipal, **Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A lei é mais forte**. Na ocasião, foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Justiça de São Paulo e o Governo do Estado, Assembleia Legislativa, Prefeitura, Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB SP) com o objetivo de criar mecanismos para coibir a violência contra a mulher e fortalecer a aplicação da Lei Maria da Penha. O acordo prevê que, em 30 dias, as instituições indiquem seus representantes e que, em seis meses, apresentem o que já foi feito de concreto.

A parceria tem como objetivo também formular e divulgar ações de enfrentamento à impunidade e à violência contra as mulheres; prevenir, combater e enfrentar todas as formas dessa violência, construindo uma rede de atendimento articulada e garantindo os direitos delas; reduzir os índices de violência contra elas em todo o Estado de São Paulo; garantir e proteger os direitos humanos das mulheres em situação de violência; promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias, da prática de valores éticos e de respeito às diversidades de gênero.

O termo permite o ingresso de convidados para participar das atividades, em conjunto com representantes de entidades ou órgãos públicos ou privados, cujas atuações sejam consideradas importantes, e de pessoas que contribuam para o desenvolvimento do objeto desse Termo de Cooperação.

Na abertura do evento, o presidente do TJSP, desembargador Ivan Sartori, afirmou que a batalha contra a violência doméstica tem que ser vencida e que é um problema muito sério, que ocorre na calada da noite em muitos lares. Ele lembrou, ainda, que há vários casos em que a mulher não tem coragem de denunciar, pois sofre uma pressão muito forte. O presidente agradeceu a todos aqueles que estão engajados nessa luta, ressaltando a necessidade de se estabelecer uma coalização muito forte entre os Poderes para que tudo dê certo.

A presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo – Comesp, desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida, declarou que "em se tratando de violência contra a mulher, as paredes da casa ainda abafam a fala das mulheres, submetidas às mais variadas e perversas formas de agressão. O silêncio pesa

profundamente sobre as mulheres por um simples motivo: a desigualdade ainda impera nas relações sociais de gênero. Angélica Almeida demonstrou que o TJSP tem feito um trabalho de relevância sobre o assunto. Em 2009, instalou a Vara da Violência Doméstica Contra a Mulher, como anexo da 8ª Vara Criminal, mediante convênio com Ministério da Justiça. Em 2011, foram instaladas mais seis varas regionais na capital – duas na zona leste, duas na sul, uma na norte e uma na oeste.

Nas sete varas de violência doméstica instaladas, existem 37.136 processos em andamento (dados de dezembro passado). Nas Varas Criminais do interior, há 39.497 casos.

A vice-prefeita de São Paulo, Nádya Campeão, disse que a questão é algo chocante. "Precisamos de engajamento para enfrentar a situação que nos traz tanta interrogação. É inacreditável que em pleno século XXI a gente ainda veja tantos casos de violência contra as mulheres, que muitas vezes acaba como vítima fatal. Temos um grande desafio!", concluiu.

A ministra, chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci de Oliveira, falou que não é um coisa simbólica a violência contra as mulheres. "É uma chaga na história do Brasil e do mundo. A Lei Maria da Penha é muito elogiada em todos os lugares e é a terceira lei mais acessada no site do STF. Bater em mulher não é mais cesta básica. A Lei pune, põe na cadeia o agressor. Esse ato é um movimento para se dizer às mulheres que a Justiça está ao seu lado. A Justiça diz para confiar e acolher, e acolhe com dignidade e respeito", garantiu a ministra.

A juíza Maria Domitila Prado Manssur Domingos, integrante da Comesp, discorreu sobre a importância da especialização das Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e da necessidade de os Poderes se alinharem nessa luta. Ela destacou a gentileza dos magistrados em receber na casa da Justiça as mulheres da melhor forma possível, sem discriminação, sem desigualdades.

Da cerimônia participaram o governador Geraldo Alckmin; o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, deputado Samuel Moreira; a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci de Oliveira; a deputada federal Keiko Ota; a vice-prefeita de São Paulo Nádya Campeão; o procurador-geral de Justiça Márcio Elias Rosa; a defensora pública-geral do Estado Daniela Sollberger Cembranelli; o presidente do TJM, juiz coronel Orlando Eduardo Geraldi; o secretário da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Flávio Croce Caetano; a secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania, Eloisa de Sousa Arruda; o presidente da Seção de Direito Privado do TJSP, desembargador Antonio José Silveira Paulilo; o presidente da Seção de Direito Criminal do TJSP, desembargador Antonio Carlos Tristão Ribeiro; os membros da Comesp, as desembargadoras Angélica de Maria Mello de Almeida (coordenadora) e Maria Tereza do Amaral (vice-coordenadora), as juízas Elaine Cristina Monteiro Cavalcante e Maria Domitila Prado Manssur Domingos; a procuradora do Estado, Maria Helena Marques Braceiro Daneluzzi, representando o procurador-geral do Estado; a juíza Teresa Cristina Cabral Santana Rodrigues dos Santos, representando o diretor da Escola Paulista da Magistratura; juiz Edison Aparecido Brandão, diretor adjunto do Departamento Financeiro da Associação Paulista de Magistrados, representado o presidente; juíza assessora da vice-presidência do TJSP, Daniela Maria Cilento Morsello; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo Marcos da Costa, o promotor de Justiça Fábio Ramazzini Bechara, representando o secretário de Estado da Segurança Pública; o chefe da Assessoria Policial Militar do TJSP, coronel PM Renato Cerqueira Campos; o decano da Academia Paulista de Letras, poeta Paulo Bomfim; o presidente do Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar, Álvaro Kalix Ferro; a secretária municipal de políticas para as Mulheres Denise Motta; a coordenadora-geral de acesso à Justiça Aline Yamamoto e a secretária de Políticas para as Mulheres, Vera Soares.

09/04/2013 - VISITAS RECEBIDAS NA PRESIDÊNCIA DO TJSP



O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ivan Sartori, recebeu hoje (8), no gabinete da Presidência, a visita das integrantes da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida (coordenadora), Elaine Cristina Monteiro Cavalcante, Teresa Cristina Cabral Santana Rodrigues dos Santos e Milena Dias.

Comunicação Social TJSP – RS (texto) / AC, GD e DS (fotos)

12/04/2013 - COMESP AMPLIA ESTRUTURA PARA O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER



Para melhor atender aos anseios da população, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) inaugurou, hoje (12), a sala de apoio administrativo do setor, no Fórum João Mendes Jr, com a presença do presidente da Seção de Direito Criminal, desembargador Antônio Carlos Tristão Ribeiro.

No local, funcionários cuidarão de assuntos (de todo o Estado) relativos questão de violência doméstica contra a mulher, centralizando estatísticas e outros dados sobre o assunto. Além da recepção, o espaço contém uma sala de reunião para os encontros semanais das integrantes da Comesp e profissionais ligado ao tema.

Da cerimônia participaram os membros da Comesp, desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida (coordenadora) e as juízas Elaine Cristina Monteiro Cavalcante (da Vara do Foro Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher) e Maria Domitila Prado Manssur Domingos (da 16ª Vara Criminal Central); os juízes assessores da Presidência criminal, Antonio Maria Patiño Zorz, Fausto José Martins Seabra, José Augusto Genofre Martins e Soraia Lorenzi Buso; o juiz diretor do Fórum João Mendes Jr, Homero Maion e a juíza da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - Sul 2, Ana Paula Gomes Galvão Vieira de Moraes.

A Comesp - A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) foi criada em março de 2012. Neste primeiro ano de vida, realizou diversas atividades. Além de reuniões, suas representantes participaram de encontros no Brasil e no exterior, promoveram eventos, palestras e debates, como o “I Encontro de Magistrados da Área de Violência contra a Mulher”, na capital Paulista. No último dia 25, a Comesp promoveu o lançamento da campanha nacional, no âmbito estadual e municipal, “Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A lei é mais forte”.

Na ocasião, foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Justiça de São Paulo e o Governo Estadual, Assembleia Legislativa, Prefeitura, Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB SP) com o objetivo de criar mecanismos para coibir a violência contra a mulher

e fortalecer a aplicação da Lei Maria da Penha. O acordo prevê que, em 30 dias, as instituições indiquem seus representantes e que, em seis meses, apresentem o que já foi feito de concreto.

Por essas e outras ações, percebe-se que o TJSP tem adotado esforços nos assuntos relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher. A Comesp, com ampla competência, abrange desde assessoria a magistrados e à equipe multidisciplinar até a promoção de políticas públicas tendo como referência a Lei Maria da Penha. Atualmente, o Tribunal de Justiça de São Paulo possui sete varas de Violência Doméstica, sendo uma na região Central (instalada em 2009), uma na Norte, uma na Oeste, duas na Leste e duas na Sul, instaladas em 2011. Há nessas varas 37.136 processos em andamento (dados de dezembro). Nas Varas Criminais do interior, há 39.497 casos relativos à violência doméstica. No interior, foi criada a Vara Especializada em Guarulhos e está em andamento a de Sorocaba.

A instalação das varas regionais da capital foi feita com supervisão da Presidência da Seção de Direito Criminal, por delegação da Presidência do Tribunal de Justiça, mediante celebração de convênio com o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário.

A Comesp coordena as atividades do Tribunal na área de violência doméstica em seu relacionamento com a sociedade civil, Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil e atua sob as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em sua coordenação de políticas públicas a respeito do assunto. O setor, vinculado à Presidência do Tribunal de Justiça, é composto por dois magistrados de 1ª instância e dois de 2ª, sendo um desembargador coordenador e um vice, um magistrado de juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de entrância final e outro com notório conhecimento sobre a matéria.

No próximo dia 30 acontece em Santo André o lançamento da Campanha “Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A lei é mais forte”, a 1ª Campanha Municipal.

Comunicação Social TJSP – LV (texto) / GD (fotos)

imprensatj@tjsp.jus.br

25/04/2013 - CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA RECEBE VISITA DAS INTEGRANTES DA COMESP



O corregedor-geral recebeu as integrantes da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), desembargadoras Angélica de Maria Mello de Almeida (coordenadora) e Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida (vice-coordenadora) e as juízas Elaine Cristina Monteiro Cavalcante (Vara do Foro Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher) e Maria Domitila Prado Manssur Domingos (16ª Vara Criminal da Capital).

Comunicação Social TJSP – RP (texto) / GD (fotos)

25/04/2013 - VISITAS RECEBIDAS HOJE NA PRESIDÊNCIA



O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ivan Sartori, recebeu hoje (25), no gabinete da Presidência, a visita das integrantes da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) desembargadoras Angélica de Maria Mello de Almeida (coordenadora) e Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida (vice-coordenadora) e as juízas Elaine Cristina Monteiro Cavalcante (Vara do Foro Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher) e Maria Domitila Prado Manssur Domingos (16ª Vara Criminal da Capital). As integrantes da Comesp trataram de assuntos relativos à identificação e quantificação de recursos das Varas de Violência Doméstica.

Comunicação Social TJSP – RS (texto) / GD (fotos)

30/04/2013 - CAMPANHA COMPROMISSO E ATITUDE PELA LEI MARIA DA PENHA CHEGA A SANTO ANDRÉ



O Tribunal de Justiça de São Paulo e a Prefeitura de Santo André assinaram hoje (30), em evento realizado no fórum da cidade, Acordo de Cooperação Técnica que marcou o lançamento municipal da campanha **Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha - A lei é mais forte**.

Trata-se de uma campanha de âmbito nacional, resultado da cooperação entre Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Governo Federal, por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e o Ministério da Justiça. O objetivo é unir forças e adotar medidas para dar celeridade aos julgamentos dos casos de violência contra a mulher e garantir a correta aplicação da Lei Maria da Penha.

O convênio foi assinado pelo presidente do TJSP, desembargador Ivan Sartori, e pelo prefeito Carlos Grana. No Judiciário paulista, o trabalho é comandado pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comesp), integrada pela desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida (coordenadora); pela desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida (vice-coordenadora) e pela juíza Maria Domitila Prado Manssur Domingos, que participaram da solenidade, e pela juíza Elaine Cristina Monteiro Cavalcante. Também estavam presentes o presidente da Seção de Direito Criminal, desembargador Antonio Carlos Tristão Ribeiro, e o desembargador José Benedito Franco de Godoi, coordenador da 3ª Circunscrição Judiciária, da qual Santo André faz parte.

As juízas Teresa Cristina Cabral Santana Rodrigues dos Santos e Milena Dias, que trabalham respectivamente na 2ª Vara Criminal e na Vara do Júri e Execuções, foram as responsáveis por dar vida à assinatura do convênio na comarca. Entre as metas estabelecidas estão a formação de agentes na temática de gênero de violência contra mulheres; a realização de encontros e cursos multidisciplinares e a unificação de registros de casos e processos para fins de estatística.

Teresa dos Santos destacou a importância da iniciativa para a cidade. “Hoje evidenciamos a vocês, senhoras e senhores, o nosso compromisso. Hoje evidenciamos o reconhecimento de que a violência e a discriminação contra mulheres e meninas são um problema muito sério. Hoje trazemos a vocês a demonstração de nossa atitude ao proporcionar, através da assinatura de um termo técnico, um

documento que torna possível a cada um e a cada uma de vocês, individual ou coletivamente, a legitimidade de nos questionar. A legitimidade de exigir que ajamos para cumprir os seus ditames”, afirmou a juíza.

A desembargadora Angélica de Almeida afirmou que a iniciativa contribui para o tratamento do fenômeno da violência. “No início as ofensas são aparentemente insignificantes – xingamentos, empurrões etc. – mas com o tempo vão se tornando cada vez mais constantes, gravosas e intensas, a ponto de tirar a vida. Temos a Lei Maria da Penha que trata a violência contra a mulher, mas o desafio aceito pelo TJSP e pela prefeitura reconhece que nenhuma lei tem vida própria. O acordo representa um passo para que as relações entre homens e mulheres possam se dar de forma igualitária.”

Carlos Grana lembrou que Santo André é a primeira cidade a aderir à campanha no Estado. “Ao ingressar na prefeitura, assumi 17 compromissos prioritários, sendo um deles o desafio de enfrentar as desigualdades entre homens e mulheres de Santo André. A cidade fará a sua parte para valer efetivamente a Lei Maria da Penha e nos tornaremos exemplo para as demais cidades do País”, afirmou.

Antes de encerrar a solenidade, o presidente Ivan Sartori agradeceu o trabalho das magistradas integrantes da Comesp e do fórum de Santo André, que viabilizaram a assinatura do convênio e ampliação da campanha altamente relevante. “Violência não, dignidade sim. Quero repudiar qualquer agressão à mulher. É difícil entender como e o porquê desta violência, desse câncer da sociedade, mas o TJSP tem feito seu trabalho por meio de campanhas e palestras realizadas pela Comesp e estamos colhendo frutos”, afirmou.

Também estavam presentes no lançamento municipal da campanha "Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A lei é mais forte" os desembargadores Paulo Dias de Moura Ribeiro e Maria Cristina Zucchi; o presidente da Câmara Municipal de Santo André, vereador Donizeti Pereira; o juiz diretor do fórum de Santo André, Rodrigo Augusto de Oliveira; o diretor da Secretaria de Relações Institucionais da Associação dos Magistrados Brasileiros, João Antunes dos Santos Neto, representando o presidente; o juiz Lucas Tambor Bueno, representando o presidente da Associação Paulista de Magistrados; a juíza Teresa dos Santos, representando o diretor da Escola Paulista da Magistratura; o juiz assessor da Presidência do TJSP, Marcelo Lopes Theodosio; a juíza assessora da Presidência da Seção Criminal do TJSP, Soraia Lorenzi Buso; a diretora titular do Conselho de Administração da Região do ABC da Associação Paulista do Ministério Público, Fernanda Martins Fontes Rossi, representando o presidente; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Santo André, Fabio Picarelli; o delegado seccional da Polícia de Santo André, Angelo Isola; a delegada de polícia da Delegacia da Defesa da Mulher, Vera Carvalho Souza; a conselheira da OAB Seção São Paulo, Lúcia Maria Bludeni, representando o presidente; a presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher do Município de Santo André, Márcia Garcia; a secretária-adjunta da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres da Prefeitura de São Paulo, Juliana Borges; o ouvidor da Ouvidoria da Cidade de Santo André, Saul Gelman e o secretário da Presidência do TJSP, Kauy Carlos Lopérgolo de Aguiar.

Reunião com magistrados - Após o evento, o presidente Ivan Sartori se reuniu com os juízes do fórum de Santo André. Aproveitou a oportunidade para fazer um balanço de seu trabalho à frente da Presidência do TJSP, os objetivos que já foram alcançados, as dificuldades encontradas e as metas até o final da gestão. Entre os temas abordados estavam informatização, orçamento, treinamento de servidores e concursos.

13/05/2013 - COMESP SE REÚNE COM ÓRGÃOS PARCEIROS CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



Na última sexta-feira (10) a Coordenadoria da Mulher em Estado de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de São Paulo (Comesp) reuniu-se com representantes dos órgãos envolvidos na campanha **Compromisso e Atitude – A Lei é mais Forte**, desenvolvida pela Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República e lançada no Palácio da Justiça, em março passado, no mesmo dia da assinatura dos Termos de Cooperação Técnica.

Ao encontro estiveram presentes, representando o TJSP, a coordenadora e a vice-coordenadora da Comesp, respectivamente desembargadoras Angélica de Maria Mello de Almeida e Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida e as juízas Elaine Cristina Monteiro Cavalcante, Maria Domitila Prado Manssur Domingos, Teresa Cristina Cabral Santana Rodrigues dos Santos e Milena Dias. Também participaram representantes do Governo do Estado, da Prefeitura paulistana, do Ministério Público Estadual, da Defensoria Pública Estadual e da Ordem dos Advogados do Brasil, a saber: coordenadora Angela Eliana de Marchi (Coordenadoria da Integração da Cidadania da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania); Juliana Borges da Silva (secretária-adjunta da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres da Cidade de São Paulo); Claudia Cecília Fedeli (promotora de Justiça); Ana Rita Souza Prata (defensora pública e coordenadora auxiliar do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher) e Lucia Maria Bludeni (conselheira e presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor).

A desembargadora Angélica de Almeida fez uma breve apresentação dos trabalhos desenvolvidos pelo TJSP relativos à violência doméstica. Na oportunidade, sugeriu que para melhor execução fosse feito um levantamento de serviços disponibilizados para o atendimento a mulheres e o estabelecimento de um



protocolo para o encaminhamento das vítimas de violência doméstica e familiar, além da divulgação da rede de proteção.

As magistradas presentes reiteraram, à Defensoria Pública e à Ordem dos Advogados do Brasil (Secção SP), o pedido de indicação de defensores para o acompanhamento das vítimas, nos termos da lei específica, nas Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. O resultado desse levantamento deverá ser entregue no próximo dia 24, data da próxima reunião, para dar prosseguimento aos trabalhos.

Comunicação Social TJSP – LV (texto e fotos)

imprensati@tjsp.jus.br

13/07/2013 - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS FIRMA CONVÊNIO COM TJSP PARA CAMPANHA 'COMPROMISSO E ATITUDE PELA LEI MARIA DA PENHA'



O Tribunal de Justiça de São Paulo, a Prefeitura de São José dos Campos e a Câmara Municipal assinaram ontem (12), no fórum da comarca, Acordo de Cooperação Técnica que marcou a entrada do município na campanha **Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A Lei é Mais Forte**. É a terceira cidade paulista a firmar compromisso com o objetivo de implementar ações voltadas ao combate à violência contra a mulher – São Paulo e Santo André já pactuaram.

O convênio foi assinado pela coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida – que no ato representou o presidente do Tribunal de Justiça, Ivan Sartori –; pelo prefeito de São José dos Campos, Carlos José de Almeida; e pela presidente da Câmara Municipal, vereadora Amélia Naomi. Eles conduziram os trabalhos da mesa de cerimônia, onde estiveram acompanhados pelo juiz diretor do fórum de São José dos Campos, José Loureiro Sobrinho, que representou o presidente da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) e o diretor da Escola Paulista da Magistratura (EPM); o defensor público Bruno Lopes de Oliveira, representando a defensora pública geral do Estado de São Paulo; e o promotor de Justiça Fábio Antonio Xavier de Moraes, que representou o procurador-geral de Justiça de São Paulo. Todos eles receberam de integrantes de movimentos feministas e sociais de São José dos Campos camisetas da campanha.

O juiz José Loureiro Sobrinho afirmou que os três Poderes instituídos no município estavam engajados na luta pela defesa da mulher. “O convênio firmado hoje representa o compromisso de conferir maior celeridade aos processos referentes a esse tema e maior efetividade às decisões judiciais.” O magistrado também disse que a Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de São José dos Campos deverá ser instalada ainda neste ano – já há espaços reservados no fórum para cartório, sala de audiências e gabinete do juiz.

A vereadora Amélia Naomi cumprimentou todos os presentes à cerimônia e ressaltou que é necessária a mudança cultural da percepção do papel da mulher na sociedade. “Um outro mundo é possível, sem violência, mudando-se a educação e combatendo-se o machismo”, declarou.

O prefeito Carlos José de Almeida afirmou que tão importante quanto o pacto firmado entre Executivo, Legislativo e Judiciário é o engajamento dos diversos setores da sociedade nesse esforço conjunto. “Não se trata apenas de um documento assinado. É um compromisso efetivo e diário de mobilização e conscientização.”

A desembargadora Angélica de Almeida saudou todas as pessoas que acompanhavam a solenidade no Salão do Júri do fórum e enfatizou o empenho da comunidade de São José dos Campos e do Poder Judiciário no sentido de trazer ao município uma Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. “Com a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, inicia-se uma caminhada a desafiar todos nós. É um passo adiante no trabalho de enfrentamento da violência contra a mulher”, declarou. “A sociedade brasileira ainda é permeada por relações sociais impregnadas pela desigualdade de gênero, intimamente ligada à desigualdade social, econômico, de raça e de etnia. De estrutura patriarcal e hierarquizada, exige da mulher o desempenho de papéis determinados e comportamentos que se ajustam a um padrão socialmente construído.” A dirigente da Comesp disse, também, que o Tribunal de Justiça de São Paulo vem se empenhando em assegurar à mulher em risco de violência acesso efetivo à justiça. “No início de 2009, foi instalada a 1ª Vara de Violência Doméstica, como um anexo da 8ª Vara Criminal da Capital, mediante um convênio com o Ministério da Justiça. A partir de outubro de 2011, foram instaladas a Vara Central de Violência Doméstica e varas regionais, que atuam de forma descentralizada na cidade de São Paulo, com cerca de 38 mil feitos em andamento. No interior, três varas estão em via de instalação nas Comarcas de Guarulhos, Sorocaba e São José dos Campos.”

Ao final do evento foi exibido [vídeo](#) produzido pela ONU sobre as mulheres, intitulado “One Woman: A Song for UN Women”

Também prestigiaram a cerimônia a juíza Elaine Cristina Monteiro Cavalcante, integrante da Comesp; o promotor de Justiça João Carlos Camargo Maia, representando o presidente da Associação Paulista do Ministério Público; o conselheiro da seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil Arlei Rodrigues, representando o presidente da OAB/SP; a titular da Delegacia de Defesa da Mulher de São José dos Campos, delegada Renata do Carmo Costilhas; a comandante da Guarda Municipal, Maria dos Milagres; secretários municipais; vereadores; representantes de movimentos sociais da cidade e servidores públicos.

A campanha **Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A Lei é Mais Forte** é uma iniciativa de âmbito nacional, resultado de cooperação entre Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Governo Federal. Seu objetivo é unir e fortalecer os esforços em âmbitos municipal, estadual e federal para dar celeridade aos julgamentos dos casos de violência contra a mulher e garantir a correta aplicação da Lei Maria da Penha, assim como promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias, da prática de valores éticos e do respeito às diversidades de gênero.

15/07/2013 - VISITAS RECEBIDAS HOJE NA PRESIDÊNCIA



O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ivan Sartori, recebeu hoje (15), no gabinete da Presidência, a visita da coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida; o juiz diretor da 6ª Região Administrativa Judiciária Sylvio Ribeiro de Souza Neto; a vereadora de Ribeirão Preto Gláucia Berenice; o assessor parlamentar Alberto Macedo, representando o deputado federal Duarte Nogueira; a promotora de Justiça Karina Beschiza Cione; a defensora pública Ana Paula Meirelles; a presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Ádria Maria Bezerra e as advogadas Najla Ferraz e Luciana Grandini Remolli.

Comunicação Social TJSP – RS (texto) / AC (fotos)

22/07/2013 - VISITAS RECEBIDAS NA PRESIDÊNCIA



O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ivan Sartori, recebeu hoje (22), no gabinete da Presidência, a visita das integrantes do Conselho Estadual da Condição Feminina: Rosmary Corrêa (presidente), Dalila Eugênia Dias Figueiredo, Teresa Monica Kodama, Ana Maria Lanatovitz, Maria dos Anjos Mesquita Hellmeister, Beth Russo, Sandra Andreoni Ribeiro, Eliana Haddad Falque, Marli Parada, Clarice D’Durso, Maria Shirabayashi de Castro Porto, Aparecida Maria Prado, Gislaine Doraide Ribeiro Pato, Ana Paula Meirelles e Rozina Conceição de Jesus. Da reunião participaram as desembargadoras Angélica de Maria Mello de Almeida (coordenadora) e Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida (vice-coordenadora) da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp).

Na quinta-feira (18) foi recebido o deputado federal Arnaldo Jardim. Do encontro, participou também o poeta Paulo Bomfim.

Comunicação Social TJSP - RS (texto) / AC (fotos)

23/07/2013 - VISITAS RECEBIDAS HOJE NA PRESIDÊNCIA



O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ivan Sartori, recebeu hoje (23), no gabinete da Presidência, a visita da diretora do Programa “Mulher Viver sem Violência” e secretária-adjunta de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República Rosangela Rigo e da coordenadora de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres do Município de São Paulo Valdirene Ferreira Gomes. Do encontro, participou a desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida, coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) e o poeta Paulo Bomfim.

Comunicação Social TJSP – RS (texto) / AC (fotos)

23/08/2013 - VISITAS RECEBIDAS NA PRESIDÊNCIA



O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ivan Sartori, recebeu ontem (22), no gabinete da Presidência, a visita das integrantes da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), desembargadoras Angélica de Maria Mello de Almeida (coordenadora), Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida (vice-coordenadora) e a juíza Maria Domitila Prado Manssur Domingos. Da reunião, participaram o juiz assessor da Presidência Regis de Castilho Barbosa Filho e a secretária de Primeira Instância Ana Lúcia da Costa Negreiros.

Comunicação Social TJSP – RS (texto) / GD, AC e DS (fotos)

26/08/2013 - TJSP ASSINA TERMO DE ADESÃO AO PROGRAMA 'MULHER, VIVER SEM VIOLÊNCIA'



O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ivan Sartori, assinou hoje (26) o termo de adesão ao programa 'Mulher, Viver sem Violência', do governo federal, que tem por objetivo integrar os serviços públicos de atenção às mulheres em situação de violência, proporcionando-lhes atendimento humanizado e completo no acesso à Lei Maria da Penha.

A parceria inclui a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), ministra Eleonora Menicucci; o governo do Estado representado pelo governador Geraldo Alckmin; o município de São Paulo por meio do prefeito Fernando Haddad; o Ministério Público pelo procurador-geral de Justiça Márcio Fernando Elias Rosa; e Defensoria Pública, na figura da defensora pública-geral de São Paulo, Daniela Cembranelli.

A solenidade, que lotou o espaço Adoniran Barbosa do Centro Cultural São Paulo, contou com as presenças de mulheres que fizeram e fazem história na luta pelo estabelecimento de ações em prol das mulheres, que visam o combate à violência doméstica, social e/ou sexual. Entre as participantes estavam as integrantes da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida (coordenadora) e as juízas Maria Domitila Prado Manssur Domingos e Elaine Cristina Monteiro Cavalcante.

A mesa condutora dos trabalhos foi composta pela secretária municipal de Políticas para as Mulheres, Denise Motta Dau; secretária da Justiça e Defesa da Cidadania Eloisa de Sousa Arruda; defensora pública-geral Daniela Sollberger Cembranelli; procurador-geral de Justiça Márcio Elias Rosa; prefeito Fernando Haddad; ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres Eleonora Menicucci, o governador Geraldo Alckmin e o presidente do TJSP Ivan Sartori.

A tônica das manifestações foi a conjunção de esforços para que as leis protetivas às mulheres e a assistência às que necessitam possam funcionar. Segundo o presidente Ivan Sartori, “temos que combater seriamente esse flagelo que assola a mulher. O Tribunal está empenhado na contratação de



psicólogas e assistentes sociais e instalação de varas específicas”. Para o presidente Sartori, “um dia a violência estará completamente debelada, mas é por aqui que temos que começar”.

A ministra Eleonora Menicucci anunciou que a Casa da Mulher Brasileira, em São Paulo, será no Cambuci, com obra, equipamentos e mobiliário financiados pelo governo federal (R\$ 4,3 milhões) em espaço com capacidade média para 200 atendimentos/dia. A Casa da Mulher Brasileira terá delegacia, juizado/vara especializada, ministério público, defensoria pública, abrigo temporário, atendimento psicossocial, espaço de convivência para a mulher, sala de capacitação e orientação para trabalho, emprego e renda e brinquedoteca.

Comunicação Social TJSP – RS (texto) / AC (fotos)

imprensatj@tjsp.jus.br

28/08/2013 - VISITAS RECEBIDAS NA PRESIDÊNCIA



O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ivan Sartori, recebeu ontem (27), a visita da comitiva de Santo André integrada pelo prefeito Carlos Grana, pelos juízes Rodrigo Augusto de Oliveira (1ª Vara da Família e das Sucessões e diretor do fórum), Fernanda de Almeida Pernambuco (3ª Vara da Família e das Sucessões), Maria Lucinda da Costa (1ª Vara Criminal), Teresa Cristina Cabral Santana Rodrigues dos Santos (2ª Vara Criminal) e Lucas Tambor Bueno (4ª Vara Criminal), prelo presidente da 38ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil Santo André Fábio Picarelli, pela assessora especial de Política para as Mulheres Silmara Aparecida Conchão e pelo assessor especial Ronaldo Feitosa. Do encontro, participaram os desembargadores Angélica de Maria Mello de Almeida (coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo – Comesp) e José Benedito Franco de Godoi, o juiz assessor da Presidência João Baptista Galhardo Júnior e o poeta Paulo Bomfim.

Comunicação Social TJSP – RS (texto) / GD, AC e DS (fotos)

28/08/2013 - TJSP E EPM LANÇAM CARTILHA 'A LEI MARIA DA PENHA E A ATITUDE PARA A PAZ'



Na última segunda-feira (26), o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) e a Escola Paulista da Magistratura (EPM) lançaram a cartilha **A Lei Maria da Penha e a Atitude para a Paz**. O evento aconteceu no auditório da Escola e foi conduzido por seu diretor, desembargador Armando Sérgio Prado de Toledo; pela vice-coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida, que representou o presidente do TJSP, desembargador Ivan Sartori; pelo presidente da Seção de Direito Público do TJSP, desembargador Samuel Alves de Melo Júnior; pela juíza titular da Vara Central da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital (autora da cartilha), Elaine Cristina Monteiro Cavalcante; e pela juíza Maria Domitila Prado Manssur Domingos, integrante da Comesp.

A cartilha é a primeira de uma série que será desenvolvida com o apoio da EPM. Para o desembargador Armando de Toledo, a Escola deve ter o papel de “um verdadeiro núcleo de políticas públicas”. “Queremos tirar o juiz do gabinete e colocá-lo no mundo”, afirmou. A cartilha traz alguns aspectos da Lei Maria da Penha e fala sobre a prevenção da violência contra a mulher e sobre como agir se for concretizada. Contém o texto da Lei, uma lista de endereços e telefones úteis e também mostra aspectos da atual conjuntura social, apresentando propostas de atitudes que fomentam a paz familiar e social. “É um trabalho feito com a alma que faz com que a mulher tenha de volta sua autoestima”, sintetizou a desembargadora Maria de Lourdes Rachid.

À juíza Elaine Cavalcante coube a redação da cartilha. A magistrada lembrou que a própria Lei Maria da Penha fala sobre a promoção de campanhas educativas de prevenção da violência contra a mulher. “Para dar cumprimento a este comando, lançamos essa cartilha social que, em linguagem simples, pretende estimular a atitude de paz, especialmente da paz familiar”, afirmou.

O evento contou com a exibição de um vídeo da campanha ‘Quem ama abraça’, que busca a erradicação da violência contra a mulher, e com o depoimento de Maria Fabbrina Magalhães Moura, que falou sobre sua experiência ao denunciar o ex-namorado, após ser vítima de tentativa de homicídio. “Não conseguia mais confiar nas pessoas e, por isso, demorou um pouco para que procurasse os serviços previstos na Lei

Maria da Penha. Mas fui me fortalecendo ao passar pelos atendimentos e receber orientações.” Após quase desistir do processo por sofrer pressão da família do agressor, ela participou de uma audiência na qual estavam outras mulheres vítimas de violência doméstica. “Nesse momento tive a certeza de que não estava errada e de que tinha que levar o processo adiante”, contou. O homem foi condenado.

A cartilha será disponibilizada às varas especializadas em violência doméstica do Estado e distribuída gratuitamente aos cidadãos, em instituições de ensino e locais de grande circulação de pessoas. De acordo com Elaine Cavalcante, o objetivo é que o material atinja “todos os locais onde habita a violência silenciosa entre quatro paredes, que consiste em um fenômeno generalizado”.

Compareceram à solenidade os desembargadores Luís Fernando Nishi, Gilberto Passos de Freitas e Constança Gonzaga Junqueira de Mesquita; o juiz Jayme Martins de Oliveira Neto, do Instituto Paulista de Magistrados; a juíza assessora da Vice-Presidência do TJSP, Daniela Maria Cilento Morsello; a diretora-adjunta do Departamento de Secretaria da Associação Paulista de Magistrados, juíza Renata Martins de Carvalho; a defensora pública coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher, Ana Paula de Oliveira Castro Meirelles Lewin; a procuradora do Estado assessora da Coordenação de Políticas para Mulher da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo, Teresa Cristina Della Monica Kodama; o coordenador de Ação Social da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, Vinicius Carvalho; Bárbara Lisboa Travassos, representando a Secretaria de Segurança Pública; o vereador Atílio Francisco; o tenente coronel da APMTJ, William Venceslau; a delegada de polícia do Serviço Técnico de Apoio às Delegacias de Defesa da Mulher da Polícia Civil, Gislaine Doraide Ribeiro Pato; o secretário de assuntos jurídicos da Prefeitura de Osasco, Marcelo Vieira de Campos; a conselheira da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo, Lucia Maria Bludeni; a presidente da comissão da Mulher Advogada da OAB-SP, Gislaine Caresia; e a coordenadora nacional do Projeto Raabe (que presta apoio psicológico a vítimas de violência doméstica e familiar), Carlinda Tinôco Cis.

22/09/2013 - SOROCABA RECEBE VARA DO JECRIM E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER



Comarca é a primeira do Estado a ter instalada vara específica para crimes contra a mulher

Sob a regência do subtenente PM Ismael Cuba de Siqueira, a Banda Regimental de Música do Comando de Policiamento do Interior – 7 entoou o Hino Nacional Brasileiro, na tarde de quinta-feira (19), no fórum de Sorocaba, para o início de uma cerimônia histórica para a comarca: a instalação da Vara do Juizado Especial Criminal (que abrange os crimes de menor potencial ofensivo, estabelecidos pela Lei nº 9.099/95) e da Violência Doméstica e Familiar contra Mulher – primeira a ser instalada no Interior. A expectativa é que sejam distribuídos 150 processos/mês relacionados à violência doméstica e 300 de competência do Jecrim.

A solenidade serviu também para que o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ivan Sartori, recebesse o título de “Cidadão Sorocabano”, honraria que obteve da Câmara de Sorocaba, por votação unânime de seus vereadores.

Primeiro a falar em nome da Comarca de Sorocaba, o juiz diretor do fórum e diretor da 10ª Região Administrativa Judiciária, [Jayme Walmer de Freitas](#), em discurso emocionado, salientou a importância do ato. “A instalação da Vara do Jecrim e da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher traz em seu bojo a coroação de um desejo antigo das principais figuras políticas locais, com ênfase às do sexo feminino, mormente após a edição da Lei Maria da Penha que trouxe proteção efetiva, uma mudança de parâmetros e de mentalidade na lida com o agressor, ao oferecer uma série de medidas drásticas, inclusive com perda da liberdade e afastamento do lar conjugal. Porém, este anseio da comunidade feminina desbordou e chegou aos juízes de nosso fórum. A Lei 11.340/06, denominada Lei Maria da Penha, é fruto de um avanço significativo idealizado no combate à violência de gênero, e premiou a luta que a farmacêutica bioquímica Maria da Penha Maia Fernandes empreendeu para a punição de seu marido, pela dupla tentativa de homicídio que sofreu.”

Representando o procurador-geral do Ministério Público de São Paulo, o promotor de Justiça de Sorocaba, [Carlos Alberto Scaranci Fernandes](#), também elogiou a iniciativa do TJSP. “A data de hoje

constitui um marco na história da Justiça na cidade de Sorocaba, pois cuida de uma conquista de todos os que compõem a Justiça, ou seja, dos Magistrados, dos Advogados, dos Defensores Públicos e dos Promotores de Justiça que atuam nesta cidade e que juntos procuraram contribuir e agir para que isto acontecesse. Mas, também é uma conquista da cidade, ao que não ficaram alheias as lideranças políticas locais que muito contribuíram para que isto acontecesse.” Destacando as qualidades do magistrado Hugo Leandro Maranzano (responsável pelo ofício instalado) e do promotor de Justiça José Augusto de Barros Faro (que assume interinamente as atribuições de MPSP), Scaranci Fernandes informou a criação de um novo cargo de promotor de Justiça para atuar nos processos e procedimentos da vara.

Esse é um reconhecimento do peso e da importância de Sorocaba, mas, sobretudo à conquista das mulheres sorocabanas e de toda a região”, disse o prefeito Antonio Carlos Pannunzio, que enalteceu também a iniciativa do Legislativo ao homenagear o presidente Sartori. “Principalmente pela ousadia que vem imprimindo à frente do Tribunal de Justiça.”

A ocasião propiciou duas sessões solenes em uma só cerimônia. Para receber o título de “Cidadão Sorocabano”, a presidência dos trabalhos foi transferida para o presidente da Câmara de Sorocaba [José Francisco Martinez](#) que parafraseou Milton Nascimento. “O Dr. Ivan Sartori entende que a Justiça deve ir onde o povo está. Por isso, tem-se empenhado em descentralizar a Justiça, dividindo o Judiciário paulista por regiões administrativas. As comarcas são muito beneficiadas por essa medida, pois as questões administrativas passam a ser decididas com a efetiva participação da comunidade jurídica local. É o caso da Comarca de Sorocaba, que muito se beneficiou dessa visão arrojada e democrática.”

Com os demais vereadores ao seu lado e na presença dos familiares do homenageado, o presidente Martinez tornou o desembargador o mais novo filho da terra.

Emocionado pela homenagem que recebia e pela deferência do Legislativo em realizar a sessão nas dependências salão do júri de fórum, o presidente Ivan Sartori agradeceu o gesto dos vereadores e à municipalidade pela forma que foi recebido na cidade. “Fiquei muito emocionado com tudo o que foi dito aqui.” Ele destacou a importância do município que tem dois outros filhos desembargadores (Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida e Roque Antonio Mesquita de Oliveira, ambos presentes à solenidade) e o fato de ser a primeira comarca do Interior a receber a vara especializada – na Capital existem outras sete em funcionamento. “O anseio da população foi atendido. Vamos ter uma jurisdição mais próxima da comunidade para combater a violência doméstica contra as mulheres”, ressaltou, agradecendo a presença de todos e, em especial, de seus familiares que o acompanharam para prestigiar o recebimento do título de “Cidadão Sorocabano”.

À cerimônia estiveram presentes os deputados federais Iara Bernardi e Jefferson Campos; o procurador do Estado, chefe da Procuradoria Regional de Sorocaba, Marcelo Gaspar, representando o procurador-geral do Estado; o defensor público da comarca de Sorocaba, Octávio Ginez de Almeida Bueno, representando a defensora pública-geral do Estado de São Paulo; a deputada estadual Maria Lúcia Amary; o delegado-geral de Polícia, Luiz Maurício Souza Blazeck; os desembargadores Roque Antonio Mesquita de Oliveira (presidente da Associação Paulista de Magistrados), Paulo Dimas de Bellis Mascaretti (coordenador da 19ª Circunscrição Judiciária – Sorocaba), Antonio Rigolin (coordenador da 20ª Circunscrição Judiciária – Itu), Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida (vice-coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário – Comesp, representando a coordenadora), Irineu Jorge Fava (representando o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB) e Álvaro Augusto dos Passos (presidente do Conselho Consultivo, Orientador e Fiscal da Apamagis); os juízes assessores da Presidência Guilherme de Macedo Soares e Marcelo Lopes Theodosio; o juiz coordenador do Núcleo Regional da Escola Paulista da Magistratura de Sorocaba, Alexandre Dartanhan de Mello Guerra, representando o diretor da EPM; o juiz diretor do fórum de Ibiúna, Wendell Lopes Barbosa de Souza; o juiz diretor do fórum de Itapetininga, Diego Migliorini Junior; o juiz diretor do fórum de Itu, Hélio Villaça Furukawa; a juíza diretora do fórum de Salto, Alessandra Lopes Santana de Mello; o juiz diretor do fórum de São Roque, Cassio Pereira Brisola; a juíza



diretora do fórum de Votorantim, em exercício, Luciana Carone Nucci Eugênio Mahuad, representando o juiz diretor da Comarca de Piedade; a juíza responsável fórum de Pilar do Sul, Karina Jemengovac Perez; o juiz responsável pelo fórum de São Miguel Arcanjo, Mario Mendes de Moura Junior; o juiz responsável pelo Foro Distrital de Salto de Pirapora, Tamar Oliva de Souza Totaro; o juiz titular da Vara do Juizado Especial Criminal e da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Sorocaba, Hugo Leandro Maranzano; os juízes da Comarca de Sorocaba Adriana Faccini Rodrigues, Adriana Tayano Fanton Furukawa, Ana Maria Alonso Baldy, Carlos Alberto Maluf, Carlos Eduardo Oliveira de Alencar, Cesar Luís de Souza Pereira, Daniela Bortoliero Ventrice, Danilo Fadel de Castro, Douglas Augusto dos Santos, Emerson Tadeu Pires de Camargo, Gláucia Cyrillo Pereira Micai, José Carlos Metroviche, José Eduardo Marcondes Machado, José Elias Themer, Marcio Ferraz Nunes, Marcos José Corrêa, Margarete Pellizari, Mário Gaiara Neto e Pedro Luiz Alves de Carvalho; os promotores de Justiça Alice Satiko Kubo Araújo, Ana Alice Mascarenhas Marques, Gustavo dos Reis Gazzola, José Augusto de Barros Faro e Marília Gesualdi Xavier de Freitas; o conselheiro estadual da Ordem dos Advogados do Brasil, Américo de Carvalho Filho, representando presidente da Seção São Paulo; o delegado-chefe da Polícia Federal em Sorocaba, Vinícius Loque Sobreira; o delgado de polícia Divisionário do Deinter-7, Osmar Guimarães Júnior, representando o delegado de Polícia do Deinter-7; o comandante do 7º BPM/I, Roberto Sukanuma, representando o comandante do CPI-7; a vice-prefeita de Sorocaba, Edith Maria Garboggini Di Giorgi; o secretário da Presidência do TJSP, Kauy Carlos Lopérgolo de Aguiar; o chefe de gabinete do TJSP, Rodrigo Marques de Campos; a presidente do Comitê de Ação Social e Cidadania do TJSP (CASC), Claudia Conde Sartori; os vereadores de Sorocaba Anselmo Rolim Neto, José Crespo, Neusa Maldonado, Saulo da Silva e Waldomiro Raimundo de Freitas; o secretário-geral da OAB Sorocaba, Jaime Rodrigues de Almeida, representando o presidente; o chefe da Assessoria Militar do TJSP, coronel PM Renato Cerqueira Campos; o coordenador do Curso de Direito da Unip, Edilson Mendes, representando o reitor; a coordenadora do Curso de Direito da Universidade de Sorocaba, Patrícia Andrea Pannunzio Maranzano; a coordenadora do Instituto Pleno – Projetos Promotoras Legais Populares, Claudineia Mira; os familiares do presidente Sartori (Guilherme, Patrícia e Sabrina); juízes, promotores de Justiça, defensores públicos, advogados, servidores e cidadãos sorocabanos.

Sorocaba – Sob a direção do juiz Jayme Walmer de Freitas, que também é titular da 1ª Vara Criminal e diretor da 10ª RAJ, na comarca, há 376 mil processos em andamento para sete varas cíveis, quatro criminais, três da família e sucessões, uma da fazenda pública, uma da infância e juventude, duas do juizado especial cível e uma do júri e execuções criminais. Os trabalhos e o atendimento de cerca de três mil pessoas/dia são realizados por 515 funcionários.

Comunicação Social TJSP – RS (texto) / AC (fotos)
imprensati@tjsp.jus.br

30/09/2013 - ASSINATURA DE ACORDO TÉCNICO PARA COMPROMISSO E ATITUDE PELA LEI MARIA DA PENHA EM SÃO PAULO COMPLETA SEIS MESES



Seis meses após a assinatura do acordo de cooperação técnica da **Campanha Nacional Compromisso e Atitude Pela Lei Maria da Penha – A Lei é Mais Forte**, desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) para conferir celeridade aos julgamentos dos casos de violência contra as mulheres e garantir a correta aplicação da legislação, a Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo e a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) convidaram o Governo Estadual, Assembleia Legislativa, Prefeitura Municipal, Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo para apresentarem à sociedade ações que garantem agilidade aos julgamentos dos crimes e também garantir acesso à justiça e melhor amparo às vítimas.

O encontro aconteceu na última sexta-feira (27), no auditório do Gade 9 de Julho, que abriga gabinetes de desembargadores da Seção de Direito Privado, e contou com a participação de homens e mulheres engajados na luta pelo fim da violência contra a mulher. A abertura do evento foi presidida pela coordenadora da Comesp, desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida, que representou o presidente Ivan Sartori. “Esse encontro é o resultado das ações desenvolvidas durante os seis meses do acordo entre esta Corte e as demais instituições para colocar em prática o combate à violência contra a mulher. Se de um lado não é possível negar que as paredes das casas ainda abafam a violência, por outro não existe mais espaço a qualquer forma de violência contra a mulher”, afirmou.

Entre os participantes do Judiciário estavam as integrantes da Comesp: a vice-coordenadora, desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida; a juíza da 16ª Vara Criminal Central, Maria Domitila Prado Manssur Domingos, e a juíza da Vara Central da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Paulo, Elaine Cristina Monteiro Cavalcante, representando o diretor da Escola Paulista de Magistratura (EPM) .

A desembargadora Maria de Lourdes Rachid falou que o trabalho não é feito de forma isolada, passa por várias etapas e ressaltou a importância da parceria do Judiciário com a polícia no enfrentamento à violência doméstica.

A juíza Maria Domitila Prado Manssur Domingos falou que falta atenção com a mulher vítima da violência após o processo – há casos em que elas necessitam de algum tipo de recuperação estética e ortopédica e precisam ser encaminhadas com prioridade a hospitais públicos e privados, desde que seja comprovada a prática da violência.

Para a juíza Elaine Cristina Monteiro Cavalcante, a criação das varas especializadas no tema deu um olhar diferenciado à causa da violência contra a mulher, e as mulheres em situação de risco são encaminhadas à rede de serviços oferecidos pelo Poder Público.

A juíza da 2ª Vara Criminal de Santo André, Tereza Cristina Cabral Santana Rodrigues dos Santos, e o juiz da Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher - Região Leste 2, Caio Moscariello Rodrigues, exibiram seus projetos e contaram como têm buscado alternativas para combater a violência e aproximar o sistema judiciário da rede de serviços.

Os magistrados afirmaram que é preciso conferir à vítima de violência familiar e doméstica um bom atendimento nas delegacias de defesa da mulher que, juntamente com as redes de saúde, são as portas de entrada do sistema de proteção, passando por outros órgãos de atendimento para que a vítima possa romper o ciclo de violência e sair fortalecida. Completaram que as delegacias de polícia devem estar preparadas com mobiliário adequado e pessoas capacitadas para prestar bom atendimento.

Os representantes do Judiciário concluíram que é preciso especializar e humanizar o atendimento à mulher vítima de violência, proporcionar o melhor trâmite do procedimento criminal, desde o primeiro atendimento até o final do julgamento, e promover ações para o crescimento da mulher que visam à conscientização sobre a importância do fim da violência, por meio de oficinas, palestras e um efetivo diálogo com a sociedade.

A vice-presidente da Ordem dos advogados do Brasil – Seção São Paulo, Ivete Senise Ferreira, que representou o presidente, afirmou que a mulher vítima de violência deve estar acompanhada de advogado, um procedimento que não tem sido realizado: “A mulher é a parte mais fraca, que não tem condições de se defender, por isso pretendemos a participação dos nossos advogados para que possam dar assistência de forma mais eficiente, cumprindo os ditames da lei”.

A coordenadora do Núcleo Especializado de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher, Ana Paula de Oliveira Castro Meirelles, disse que é preciso fortalecer a rede de enfrentamento com políticas públicas. “Os dados demonstram que muitas mulheres ainda são vítimas de agressão. Precisamos criar cargos nas varas especializadas e crescer para o interior.”

A secretária municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo, Denise Motta Dau, destacou a necessidade de toda a sociedade integrar a rede de atendimento às mulheres. “O problema não está na lei, mas na sustentação dos diversos órgãos públicos em aplicar a lei para que ela saia do papel”, disse.

A coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Mulher, deputada estadual Ana Perugini, que representou o presidente da Assembleia, falou sobre os dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que mostrou que de 2001 a 2011 foram registrados 50 mil mortes no país, o equivalente a 5 mil óbitos por ano. “Isso leva à reflexão da precariedade dos serviços que são prestados, como a falta de Juizados de Violência Doméstica e o descaso no registro de Boletins de Ocorrência.”

Para a secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania, Eloisa de Sousa Arruda, que também representou o governador, temos uma longa história de frustração: “Faltavam o compromisso e a atitude, e aqui estão as entidades se comprometendo e fazendo com que a lei possa se concretizar”.

A promotora de Justiça Maria Gabriella Prado Manssur, representando o procurador de Justiça do Estado de São Paulo, também apresentou os projetos implementados na Capital pelo Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (Gevid), que possibilitam a promoção de palestras para

mulheres que registraram Boletim de Ocorrência por violência doméstica. O objetivo é informar a respeito de temas como a Lei Maria da Penha, explicando os direitos e a tramitação da investigação e do processo.

Fizeram também uso da palavra a coordenadora da Coordenação de Políticas para Mulher da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, Teresa Cristina Della Monica Kodama; a coordenadora de serviço técnico de apoio às Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs), delegada da polícia Gislaine Doraide Ribeiro Pato; a vice-presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, Sandra Andreoni de Oliveira Ribeiro, representando o presidente; a deputada estadual Thelma de Sousa; a coordenadora de Enfrentamento à Violência a Mulher da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (SMPPM), Valdirene Gomes; e a conselheira e presidente da Comissão de Direitos do Terceiro Setor da OAB/SP, Lucia Maria Bludeni.

As instituições divulgaram as iniciativas resultantes dos primeiros seis meses da Campanha Compromisso e Atitude em São Paulo, entre elas o levantamento dos equipamentos existentes para atender a mulher em situação de violência no Estado e de estratégias adotadas para coibir o problema.

No decorrer do evento, foi exibido vídeo que mostrou brevemente as varas especializadas de violência doméstica na Capital, assim como as medidas protetivas e disciplinares adotadas por esses juízos. Ao final, a desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida falou da alegria e da honra da Coordenadoria da Mulher em poder contar com esses parceiros. “Foi dito por vários palestrantes a necessidade de continuar com esse acordo de cooperação. Esse acordo foi firmado por 24 meses, e nós só atravessamos os seis primeiros meses, portanto temos o desafio de concretizar cada um desses projetos”, disse. “Foi uma experiência gratificante para nós, magistrados, poder compartilhar a discussão dessas questões e, mais que isso, poder colocar em prática os projetos que beneficiam a mulher em situação de risco. Essas mulheres têm que ser ouvidas por todos nós”, finalizou.

Também prestigiaram a solenidade o presidente da Seção Criminal do TJSP, desembargador Antonio Carlos Tristão Ribeiro; o presidente do Conselho Consultivo Orientador e Fiscal da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), desembargador Álvaro Augusto dos Passos; a diretora do Departamento Financeiro da Apamagis, desembargadora Zélia Maria Antunes Alves, representando o presidente; o desembargador Pedro Yukio Kodama; a assessora da Secretaria da Segurança Pública, Bárbara Lisboa Travassos, representando o secretário; o chefe da Assessoria Policial Militar do Tribunal de Justiça, coronel PM Renato Cerqueira Campos, representando o comandante-geral da Polícia Militar; o diretor de polícia comunitária e direitos humanos, coronel PM Glauco Silva Carvalho; a procuradora do Estado assessora e ouvidora da Procuradoria Geral do Estado, Maria Rita de Vaz Arruda Corsini, representando o procurador-geral; a secretária executiva da Comissão da Mulher Advogada da OAB-SP, Gerciará Aparecida Bueno, representando a presidente da Comissão; o delegado de polícia titular da 1ª Delegacia de Proteção à Pessoa (DHPP), Cesar Camargo; e a delegada de polícia titular da 6ª Delegacia de Defesa da Mulher, Isilda Cristina Vidoeira. Também prestigiaram o evento o juiz da Vara de Violência Doméstica da Região Sul 1, Alexandre Muñoz; o juiz da Vara da Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Sorocaba, Hugo Leandro Maranzano e a juíza da 5ª Vara da Família e Sucessões do Foro Regional II – Santo Amaro, Fabiana Kumai Tsuno.

30/11/2013 - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA É UM DOS TEMAS DE SEMINÁRIO NA EPM



Até a próxima terça-feira (3), estão abertas as inscrições para o seminário **Justiça e gênero**, da Escola Paulista da Magistratura (EPM), que reunirá magistrados, promotores, professores e outros profissionais para debater questões como o ingresso e a ascensão da mulher no trabalho, a tutela dos direitos reprodutivos da mulher, o tráfico de mulheres e crianças e a violência doméstica, dentre outras.

O seminário será realizado no próximo dia 6, das 9h15 às 17 horas, no auditório do 4º andar do prédio da EPM (Rua da Consolação, 1.483), sob a coordenação das juízas Camila de Jesus Mello Gonçalves, Maria Domitila Prado Manssur Domingos, Maria Laura de Assis Moura Tavares, Renata Martins de Carvalho e Teresa Cristina Cabral Santana Rodrigues dos Santos.

Podem se inscrever magistrados, integrantes do Ministério Público, defensores, advogados, policiais federais, civis e militares, funcionários do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo e demais interessados.

São oferecidas 170 vagas presenciais e 400 vagas para a modalidade a distância, sendo um terço das vagas destinado aos funcionários do TJSP e do TJMSP.

Os interessados deverão preencher a [ficha de inscrição](#) diretamente no site da Escola (www.epm.tjsp.jus.br), efetuando, em seguida, a matrícula.

Haverá emissão de certificado de participação, mediante registro de 75% de frequência.

A taxa do curso é R\$ 50,00, com desconto não cumulativo para as seguintes categorias:

- funcionários do TJSP e do TJMSP: 100%
- magistrados do TJSP e funcionários inativos: bolsa de 60%
- funcionários inativos do TJSP: bolsa de 60%
- promotores de Justiça, magistrados de outros tribunais e demais funcionários públicos: desconto de 50%
- conciliadores: desconto de 20%

Programação:

9h15 – abertura

Des. Armando Sergio Prado de Toledo - diretor da Escola Paulista da Magistratura

Procuradora de Justiça Eloisa Arruda - secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo

Desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida - coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp)

Desembargadora Maria Cristina Zucchi - presidente do Capítulo Brasileiro da Internacional Association of Women Judges

Desembargadora Sérgia Miranda - diretora da secretaria da Mulher da AMB

9h30 – 1º painel: A concretização do direito à igualdade: o ingresso e a ascensão da mulher no trabalho

Palestrantes:

Ligia Paula Pires Pinto Sica - doutora em Direito Comercial pela Universidade de São Paulo, coordenadora Executiva do Centro de Pesquisas Aplicadas da DireitoGV, coordenadora do Grupo de Pesquisas em Direito e Gênero da Direito GV pesquisadora concursada da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas

Danna Van Brandt - diplomata de carreira dos Estados Unidos da América, atualmente exercendo o cargo de Adida Cultural do Consulado Geral dos Estados Unidos da América em São Paulo

Deborah Ciocci - juíza conselheira do Conselho Nacional de Justiça, graduada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Santos e doutora em Direito Penal pela Universidade de São Paulo

Maria da Gloria Bonelli - doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, desenvolveu pós-doutorado na *American Bar Foundation*, Chicago e no Instituto Internacional de Sociologia Jurídica de Oñati, País Basco

Coordenadora de mesa: juíza Maria Laura de Assis Moura Tavares

11h - 12h30 – 2º painel: A tutela dos direitos reprodutivos da mulher nos planos nacional e internacional
Palestrantes:

Janaina Paschoal - livre docente e doutora em Direito Penal pela Universidade de São Paulo. Professora associada de Direito Penal na Universidade de São Paulo; advogada, sócia da Paschoal Advogados

Laura Davis Mattar - doutora em Saúde Pública pela FSP-USP, *Visiting Scholar na Mailman School of Public Health* da Universidade de Columbia, Nova York, EUA, mestre em Direito pela Universidade de Sussex, Inglaterra, especialista em Direitos Humanos pela FADUSP

Leila Linhares Barsted - advogada. Coordenadora da ONG CEPIA – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação. Membro do MESECVI da OEA – *Mechanism to the Belém do Para Convention* da Organização dos Estados Americanos

Coordenadora: juíza Camila de Jesus Mello Gonçalves

14h – 3º painel: Violência doméstica: uma questão de gênero e não de classe social

Palestrantes:

Angélica de Maria Mello de Almeida – desembargadora coordenadora da Comesp

Adriana Ramos - juíza de Direito Titular do I Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Presidente do Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero

Maria Berenice Dias - desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Advogada. Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família

Coordenadora: des. Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida

15h – 4º painel: O tráfico de mulheres e crianças e sua repercussão social e econômica no cenário nacional

Palestrantes:

Eliana Vendramini - promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo. Professora de graduação e pós-graduação *lato sensu* de Direito Penal na PUC/SP

Paulo Roberto Fadigas Cesar - juiz da Vara da Infância e Juventude do Foro Regional Penha de França. Membro da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJSP

Claudia Patrícia de Luna - advogada, pós-graduada em Direitos Difusos e Coletivos pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, atuando nas áreas de Advocacy e enfrentamento à Violência de Gênero Doméstica e Intrafamiliar, Tráfico de Mulheres e Mulheres em situação prisional.

Coordenadora: juíza Maria Domitila Prado Manssur Domingos

17h - Coquetel de encerramento

17/12/2013 - COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS RECEBE VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER



Na manhã desta terça-feira (17), o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) instalou a Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na Comarca de São José dos Campos. A solenidade aconteceu no salão do júri do fórum.

O desembargador Luiz Fernando Salles Rossi, coordenador da 46ª Circunscrição Judiciária, com sede em São José dos Campos, representou o presidente do TJSP, desembargador Ivan Sartori. Em seu discurso, ele falou sobre a importância da instalação da vara na região. “Ela tem um significado que transcende a instalação pura e simples de uma vara judicial e de um cartório de ofícios de Justiça. Quando se instala uma vara especial dessa natureza, o que se busca é dar efetividade à prestação da Justiça, fazê-la mais eficiente, mais próxima, para que o infrator que fere o direito humano de dignidade seja rapidamente processado, condenado e excluído do convívio social. Com uma resposta mais efetiva, essa violência melhora e nós viveremos em uma sociedade mais justa e fraterna”, afirmou.

O juiz diretor do fórum e da 9ª Região Administrativa Judiciária, José Loureiro Sobrinho, explicou que para alcançar a plena aplicação da Lei Maria da Penha e a diminuição das desigualdades é fundamental a existência de mecanismos jurídicos eficazes. “A instalação da Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher é um desses mecanismos. Agradeço a todos aqueles que contribuíram para que ela se tornasse viável. Sem a união de toda a comunidade, nada seria possível.”

De acordo com a presidente da Câmara de São José dos Campos, vereadora Amélia Naomi, a instalação da vara ocorre como uma importante resposta do Estado e, em especial, do Judiciário, a esse tipo de agressão. “A inauguração representa um marco importante no movimento das mulheres de São José dos Campos, uma luta histórica da sociedade. Estamos muito felizes”, ressaltou.

O prefeito Carlos José de Almeida disse que era uma grande data para todos os que trabalham na defesa dos direitos da mulher. “A violência doméstica é uma epidemia que precisa ser combatida e o TJSP está de parabéns por instituir essas varas especializadas. Hoje demos um grande passo para uma sociedade mais civilizada, mais humana, justa, gentil e solidária. A cidade está em festa.”

Na ocasião também aconteceu a reinauguração da reforma do prédio do antigo fórum, onde funcionarão os cartórios eleitorais, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejudc) e o setor social da Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Também estiveram presentes à solenidade a juíza integrante da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Estado de São Paulo, Maria Domitila Prado Manssur Domingos; o juiz da 4ª Vara Criminal de São José dos Campos e coordenador adjunto de interiorização da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), Carlos Gutemberg de Santis Cunha, representando o presidente; o juiz da Vara do Juizado Especial Criminal de São José dos Campos e coordenador da Escola Paulista da Magistratura (EPM), Flávio Fenoglio Guimarães, representando o diretor da EPM; a juíza diretora do fórum de Campos do Jordão, Naira Assis



Barbosa; a procuradora do Estado Maria Peruzzo Roseiro, representando o procurador-geral do Estado de São Paulo; o defensor público e coordenador da Regional de São José dos Campos, André Eugenio Marcondes, representando a defensora pública- geral; o vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de São José dos Campos, Rodrigo de Moraes Canelas, representando a presidente da Subseção; o delegado de polícia diretor do Deinter-1, João Barbosa Filho; o delegado de polícia seccional, Macedo Bastos; o comandante do CPI-1, coronel PM Cássio Roberto Armani; além de magistrados, servidores, advogados, integrantes do Ministério Público e da Polícia Civil.

Comunicação Social TJSP – AG (texto) / AC (fotos)

**RESOLUÇÕES,
PORTARIAS E
COMUNICADOS
PUBLICADOS NO DIÁRIO
DA JUSTIÇA
ELETRÔNICO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DE SÃO PAULO
2013**



PORTARIA Nº 8.740/2013

O Desembargador **IVAN RICARDO GARISIO SARTORI**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

CESSAR, a pedido, a designação da Desembargadora **MARIA TEREZA DO AMARAL** como Vice-Coordenadora, da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo – COMESP, e **DESIGNAR**, em substituição, a Desembargadora **MARIA DE LOURDES RACHID VAZ DE ALMEIDA** nos termos da Resolução nº 561/2012.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

São Paulo, 12 de abril de 2013.

(a) **IVAN RICARDO GARISIO SARTORI**, Presidente do Tribunal de Justiça.

DJE – 16/04/2013 – pág.: 1.

COMUNICADO SPI Nº 06/2013
(Processo CPA nº 2012/79366)

A Secretaria da Primeira Instância, por determinação da E. Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo,

RECOMENDA aos Juízes de Direito e Dirigentes das unidades judiciais **com competência criminal, júri e Cartórios Distribuidores** que, para a devida identificação e coleta de dados estatísticos dos processos que tratam de crimes praticados em decorrência de **violência doméstica e familiar contra a mulher**:

- 1) utilizem **duas tarjas pretas** no dorso dos autos para identificação visual da situação processual, de acordo com o item 14, Capítulo V das NSCGJ;
- 2) observem a obrigatoriedade do cadastramento no sistema informatizado do assunto complementar das tabelas unificadas processuais: **Código 10949 – Violência Doméstica Contra a Mulher**, sem prejuízo do cadastramento do assunto principal que retrata o crime.

DJE de 24/01/2013 , p. 129

COMUNICADO SPI Nº 09/2013
(Processo nº 2012/64500)

A Secretaria da Primeira Instância, conforme deliberação da E. Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo – COMESP e determinação da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, COMUNICA aos Juízes de Direito das Varas Criminais e do Júri, constantes da lista abaixo, que informem a quantidade de feitos (inquéritos policiais em cartório, ações penais e medidas protetivas), inclusive que tenham por objeto o crime de homicídio tentado, em que há vítima decorrente de violência doméstica e familiar com necessidade de correção por plástica (deformidade estética) ou correção ortopédica, analisando para tanto o laudo do instituto médico legal, especialmente os casos de lesão corporal grave e gravíssima (art. 129, §1º e 2º do Código Penal) e enviem e-mail para spi.consulta@tjsp.jus.br, **impreterivelmente até o dia 1º/03/2013.**

Varas que deverão encaminhar os dados quantitativos:

- Júri de Guarulhos;
- Júri de Campinas;
- 3º Júri Capital;
- 4º Júri Capital;
- 1ª e 2ª Criminais de Praia Grande;
- 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e Júri e Execuções Criminais de São José dos Campos;
- 1ª, 2ª, 3ª e Júri e Execuções Criminais de Osasco;
- 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e Júri e Execuções Criminais de Ribeirão Preto;

Modelo a ser utilizado:

Unidade Judicial:

Tipo de correção	Quantidade de feitos
Plástica	
Ortopédica	



COMUNICADO SPI Nº 11/2013

(Processo nº 2013/008859)

A Secretaria da Primeira Instância, por ordem da Egrégia Corregedoria Geral, COMUNICA aos senhores Juízes de Direito, Dirigentes e Servidores das Varas Criminais e Judiciais do Estado de São Paulo que, nos termos do parágrafo único do artigo 33, da Lei 11.340/2006, as ações que envolvam violência doméstica devem ter prioridade na tramitação processual, sendo obrigatória a aposição de duas tarjas pretas no dorso dos autos respectivos para a sua correta identificação.

DJE de 06/02/2013 , p. 16

COMUNICADO SPI nº 52/2013
(Processo CPA nº. 2012/64500)

A Secretaria da Primeira Instância, conforme deliberação da E. Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo – COMESP e determinação da E. Corregedoria Geral da Justiça, **COMUNICA** aos Juízes de Direito e aos Dirigentes das Unidades Judiciais do **Interior** que processam feitos da competência do júri que informem, até o dia 05/08/2013, a quantidade de feitos em andamento que tenham como objeto os crimes contra a vida praticados em violência doméstica e familiar contra a mulher, preenchendo o seguinte modelo de tabela:

Classe	Quantidade de feitos da competência do Júri
Medidas Protetivas	
Inquérito Policial (crime tentado)	
Inquérito Policial (crime consumado)	
Ação Penal (crime tentado)	
Ação Penal (crime consumado)	

As tabelas devidamente preenchidas deverão ser encaminhadas para o e-mail **spi@tjsp.jus.br**.

RECOMENDA que utilizem tarjas coloridas no dorso dos autos para mais fácil identificação visual da situação processual, de acordo com o item 14, Capítulo V das NSCGJ, especialmente as **duas tarjas pretas**, para identificar o processo cautelar ou principal que verse sobre violência doméstica e familiar contra a mulher e que seja cadastrado o assunto complementar **10949 – Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**.



COMUNICADO SPI nº 55/2013
(Processo nº. 2009/99689)

A CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO **COMUNICA** aos MM Juízes de Direito e aos Dirigentes das Unidades Judiciais e dos Distribuidores do Estado que diante do julgamento da ADI nº 4424 pelo Supremo Tribunal Federal, cessa a necessidade de serem encaminhadas cópias dos boletins de ocorrências nos casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, previstos na Lei nº 11340/2006. **COMUNICA**, ainda, que o Comunicado SPI nº 30/2009 fica expressamente revogado.

DJE de 15/08/2013 , p. 75



COMUNICADO SPI nº 66/2013
(Processo CPA nº. 2013/49450)

A Secretaria da Primeira Instância, por determinação da E. Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo

COMUNICA a todos os Juízes de Direito e servidores das Unidades Judiciais, especialmente aos que processam feitos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que o sistema informatizado oficial SAJ-PG5 inclui automaticamente o “Segredo de Justiça” nos processos distribuídos nas Classes Inquérito Policial, Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha), medidas cautelares criminais e o assunto complementar obrigatório Código 10.949 (Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher), sem prejuízo de reavaliação pelo magistrado responsável pelo processo.

COMUNICA, ainda, que a limitação automática de dados na internet busca evitar “hiperpublicidade” de casos que devem ser preservados em garantia à intimidade ou preservação da investigação.

COMUNICA, finalmente, que o acesso à íntegra dos autos é disponibilizado automaticamente ao advogado constituído e mediante o fornecimento de senha às partes.

DJE de 06/09/2013 , p. 36

COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO 2013



COMPOSIÇÃO DA COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO - CSV PORTARIA Nº 8.554/2012

Coordenadora - CSV:	Rosely Padilha de Sousa Castilho
Supervisora de Serviço de Apoio e Informações – CSV 1 :	Fabíola Lúcia Guimarães Anauate
Supervisora de Serviço de Expediente – CSV 2:	Rosely Gomes da Silva
Escrevente Técnico Judiciário:	Erika Cristina Bomfim Tolare
Escrevente Técnico Judiciário:	Silvio Akira Takada
Agente de Serviço Judiciário:	Marcia Helena de Castro

LOCALIZAÇÃO DA COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO – CSV

COMESP - Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Fórum João Mendes Júnior

Praça Doutor João Mendes, s/n - 17º andar - sala: 1705 - CEP.: 01501-900 - Centro - São Paulo - SP
Telefones.: (11) 2171-4807 ou (11) 3104-5521

e-mail: comesp@tjsp.jus.br